



*Pesquisas de Opinião e Mercado Ltda.*

---

Percepção da população a cerca da disponibilidade, do acesso e da qualidade dos serviços públicos prestados

*Região Metropolitana de Goiânia*

**Guapó**

**Amostra:**

1. Universo da amostra: eleitores do estado de Goiás;
2. Tamanho da amostra: 377 pessoas;
3. Intervalo de confiança: 95% (erro 0,05);
4. Margem de erro 2,11%

Período: De 06 de outubro a 28 de outubro de 2025  
RELATÓRIO DE PESQUISA

## **1. Introdução**

O presente relatório apresenta a análise dos dados obtidos por meio de uma pesquisa de percepção social aplicada aos residentes do município de Guapó, cujo objetivo principal é avaliar o desempenho, a acessibilidade e a efetividade dos serviços públicos municipais. A coleta de informações foi estruturada para gerar indicadores quantitativos capazes de subsidiar processos de planejamento, monitoramento e tomada de decisão no âmbito da gestão pública. Os dados levantados buscam identificar, de maneira sistemática, níveis de satisfação, grau de confiança institucional, percepção de qualidade dos serviços e eventuais gargalos operacionais em áreas essenciais, como educação, saúde, segurança pública, assistência social, meio ambiente, transporte e oportunidades de emprego. A metodologia adotada permite mapear tanto a eficiência percebida pelos usuários quanto a visibilidade e o conhecimento da população acerca dos programas e equipamentos públicos.

Ao consolidar essas informações, pretende-se produzir um diagnóstico situacional preciso, capaz de orientar a formulação de políticas públicas, otimizar a alocação de recursos, estabelecer prioridades de intervenção e fortalecer mecanismos de avaliação contínua de desempenho governamental. Dessa forma, o relatório contribui para a construção de uma gestão mais baseada em evidências, promovendo ações alinhadas às demandas reais da comunidade e ampliando a transparência e a responsividade municipal.

## **2. Metodologia**

A pesquisa tem caráter quantitativo e descritivo, utilizando-se de aplicação de questionários estruturados. A amostragem foi definida por meio de procedimentos estatísticos de sorteio aleatório simples/estratificado, garantindo a representatividade em relação ao universo estudado.

O tamanho da amostra foi calculado considerando um nível de confiança de 95% e uma margem de erro máxima de 5%, com base na população de referência. As entrevistas foram realizadas de forma presencial, abrangendo respondentes de diferentes perfis socioeconômicos, de acordo com a proporção observada na população. A coleta e tabulação dos dados foram conduzidas de maneira padronizada, assegurando a comparabilidade dos resultados e a confiabilidade estatística das análises.

## **3. Delimitação espacial da pesquisa:**

Esta pesquisa foi realizada no município de Guapó

**4. Faixa etária:**

- 4.1 De 16 a 34 anos;
- 4.2 De 35 a 59 anos;
- 4.3 Acima de 60 anos.

**5. Coleta de Dados:**

- 5.1 Período: de 06 de outubro a 24 de outubro de 2025;
- 5.2 Instrumental: Questionário estruturado e cartelas;
- 5.3 Tipo de entrevistas: presencial e domiciliar;
- 5.4 Pessoal: as entrevistas foram realizadas por uma equipe de 4 entrevistadores fiscalizadas por um supervisor;

**6. Contratante:**

Essa pesquisa foi realizada a pedido da Fundação Indigo

**7. Responsabilidade técnica:**

SERPES – Pesquisa de Opinião e Mercado LTDA

## 8. Análise dos serviços públicos

### 8.1 Educação: Acesso às escolas públicas

| Acesso às escolas públicas   | Total      | Gênero     |            |          | Idade           |                 |                  | Escolaridade |            |           |
|------------------------------|------------|------------|------------|----------|-----------------|-----------------|------------------|--------------|------------|-----------|
|                              |            | Feminino   | Masculino  | Outro    | de 16 a 34 anos | de 35 a 59 anos | acima de 60 anos | Fundamental  | Médio      | Superior  |
| Considero que sim            | 71,88%     | 36,87%     | 35,01%     | 0,00%    | 24,14%          | 30,50%          | 17,24%           | 24,67%       | 33,69%     | 13,53%    |
| Não opina                    | 16,18%     | 7,16%      | 9,02%      | 0,00%    | 3,71%           | 7,69%           | 4,77%            | 8,75%        | 5,31%      | 2,12%     |
| Considero que não            | 11,94%     | 7,69%      | 3,98%      | 0,27%    | 4,51%           | 4,77%           | 2,65%            | 3,98%        | 6,63%      | 1,33%     |
| Total geral                  | 100,00%    | 51,72%     | 48,01%     | 0,27%    | 32,36%          | 42,97%          | 24,67%           | 37,40%       | 45,62%     | 16,98%    |
| <b>Bases (entrevistados)</b> | <b>377</b> | <b>195</b> | <b>181</b> | <b>1</b> | <b>122</b>      | <b>162</b>      | <b>93</b>        | <b>141</b>   | <b>172</b> | <b>64</b> |

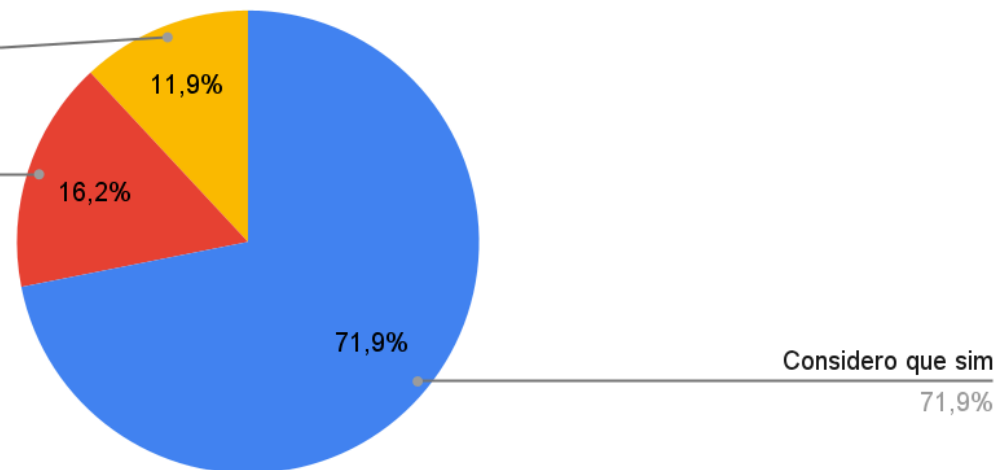
1- Você considera que há igualdade de acesso às escolas públicas para todos os cidadãos?

Considero que não

11,9%

Não opina

16,2%



Os resultados evidenciam uma percepção majoritariamente favorável quanto à igualdade de acesso às escolas públicas no município, com 71,9% dos entrevistados afirmando reconhecer a existência de equidade nesse acesso. Esse percentual elevado indica que, sob a ótica da maioria da população, a rede pública de ensino apresenta uma distribuição territorial e uma capacidade de atendimento consideradas adequadas, possibilitando o ingresso e a permanência de estudantes de diferentes regiões e grupos sociais. Tal percepção sugere que as políticas educacionais vigentes têm conseguido, em grande medida, garantir a oferta de vagas e a presença de unidades escolares de forma relativamente equilibrada, reduzindo barreiras estruturais mais amplas ao acesso formal à educação.

Por outro lado, os 11,9% que afirmam não existir igualdade de acesso representam um contingente relevante do ponto de vista analítico, pois sinalizam a persistência de desigualdades percebidas. Essas percepções negativas podem estar associadas a fatores como distância excessiva entre residência e escola, concentração de vagas em determinadas áreas, limitações na infraestrutura física e pedagógica de algumas unidades, critérios de matrícula que dificultam o acesso de determinados grupos ou condições socioeconômicas que impactam não apenas o ingresso, mas também a permanência e o aproveitamento escolar. Ainda que minoritário, esse grupo indica que a equidade percebida não é homogênea em todo o território municipal.

Adicionalmente, o percentual de 16,2% de respondentes que não opinaram é expressivo e revela um grau significativo de indeterminação ou distanciamento em relação ao tema. Esse resultado pode estar relacionado à ausência de crianças ou adolescentes em idade escolar no domicílio, ao desconhecimento sobre a organização da rede pública de ensino ou à falta de informações claras sobre os critérios de acesso e distribuição das vagas. Esse dado aponta para a existência de uma assimetria informacional que pode influenciar a formação da percepção pública sobre a política educacional.

Em conjunto, os dados indicam um cenário predominantemente positivo quanto à igualdade de acesso às escolas públicas, mas que ainda exige atenção contínua do poder público. A manutenção da equidade percebida demanda monitoramento sistemático da distribuição territorial das unidades, avaliação da capacidade de atendimento, investimentos em infraestrutura e ações direcionadas às regiões ou grupos que ainda percebem barreiras. Além disso, o fortalecimento da transparência e da comunicação institucional pode contribuir para reduzir o contingente de não respondentes, ampliar o conhecimento da população sobre o sistema educacional e consolidar uma percepção de acesso efetivamente universal e justo.

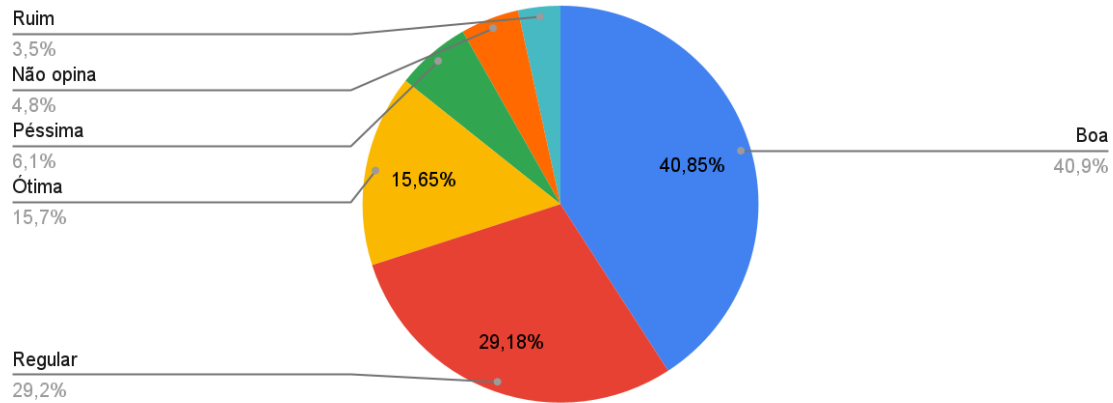
## 8.2 Saúde: Qualidade do atendimento e tempo de espera

| Atendimento da saúde         | Total      | Gênero     |            |          | Idade           |                 |                  | Escolaridade |            |           |
|------------------------------|------------|------------|------------|----------|-----------------|-----------------|------------------|--------------|------------|-----------|
|                              |            | Feminino   | Masculino  | Outro    | de 16 a 34 anos | de 35 a 59 anos | acima de 60 anos | Fundamental  | Médio      | Superior  |
| Boa                          | 40,85%     | 23,08%     | 17,77%     | 0,00%    | 12,20%          | 19,89%          | 8,75%            | 13,79%       | 21,22%     | 5,84%     |
| Regular                      | 29,18%     | 13,26%     | 15,65%     | 0,27%    | 11,14%          | 10,61%          | 7,43%            | 11,67%       | 12,47%     | 5,04%     |
| Ótima                        | 15,65%     | 7,16%      | 8,49%      | 0,00%    | 3,71%           | 7,16%           | 4,77%            | 4,77%        | 7,96%      | 2,92%     |
| Péssima                      | 6,10%      | 3,18%      | 2,92%      | 0,00%    | 2,12%           | 2,65%           | 1,33%            | 3,98%        | 1,33%      | 0,80%     |
| Não opina                    | 4,77%      | 2,92%      | 1,86%      | 0,00%    | 1,86%           | 1,06%           | 1,86%            | 1,59%        | 1,59%      | 1,59%     |
| Ruim                         | 3,45%      | 2,12%      | 1,33%      | 0,00%    | 1,33%           | 1,59%           | 0,53%            | 1,59%        | 1,06%      | 0,80%     |
| Total geral                  | 100,00%    | 51,72%     | 48,01%     | 0,27%    | 32,36%          | 42,97%          | 24,67%           | 37,40%       | 45,62%     | 16,98%    |
| <b>Bases (entrevistados)</b> | <b>377</b> | <b>195</b> | <b>181</b> | <b>1</b> | <b>122</b>      | <b>162</b>      | <b>93</b>        | <b>141</b>   | <b>172</b> | <b>64</b> |

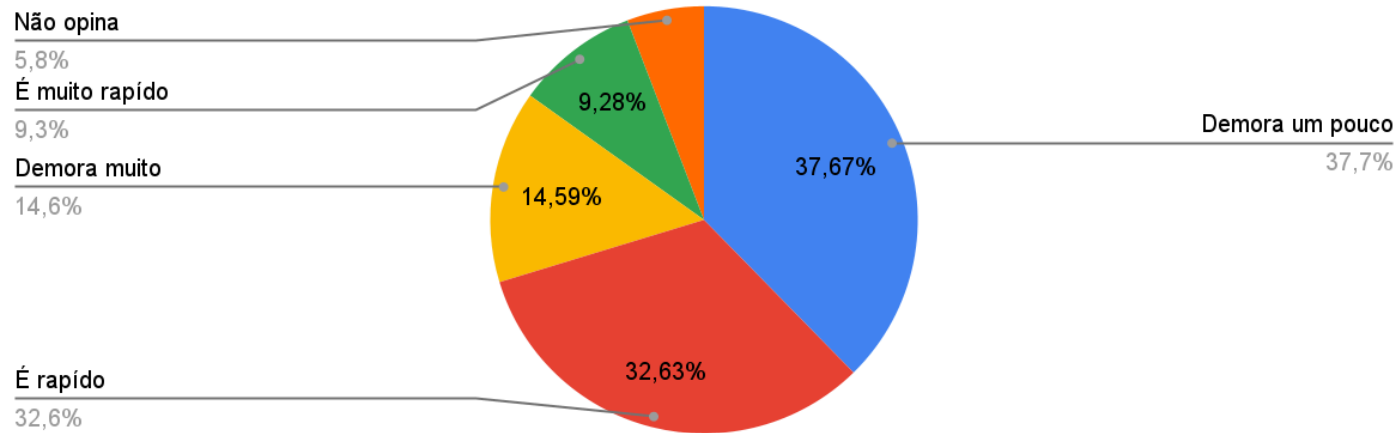
| Tempo de espera da saúde     | Total      | Gênero     |            |          | Idade           |                 |                  | Escolaridade |            |           |
|------------------------------|------------|------------|------------|----------|-----------------|-----------------|------------------|--------------|------------|-----------|
|                              |            | Feminino   | Masculino  | Outro    | de 16 a 34 anos | de 35 a 59 anos | acima de 60 anos | Fundamental  | Médio      | Superior  |
| Demora um pouco              | 37,67%     | 19,36%     | 18,30%     | 0,00%    | 14,06%          | 12,73%          | 10,88%           | 11,67%       | 19,89%     | 6,10%     |
| É rápido                     | 32,63%     | 16,98%     | 15,38%     | 0,27%    | 9,02%           | 17,77%          | 5,84%            | 13,26%       | 14,59%     | 4,77%     |
| Demora muito                 | 14,59%     | 8,75%      | 5,84%      | 0,00%    | 5,04%           | 6,63%           | 2,92%            | 6,37%        | 5,84%      | 2,39%     |
| É muito rápido               | 9,28%      | 3,18%      | 6,10%      | 0,00%    | 2,39%           | 3,98%           | 2,92%            | 3,98%        | 2,65%      | 2,65%     |
| Não opina                    | 5,84%      | 3,45%      | 2,39%      | 0,00%    | 1,86%           | 1,86%           | 2,12%            | 2,12%        | 2,65%      | 1,06%     |
| Total geral                  | 100,00%    | 51,72%     | 48,01%     | 0,27%    | 32,36%          | 42,97%          | 24,67%           | 37,40%       | 45,62%     | 16,98%    |
| <b>Bases (entrevistados)</b> | <b>377</b> | <b>195</b> | <b>181</b> | <b>1</b> | <b>122</b>      | <b>162</b>      | <b>93</b>        | <b>141</b>   | <b>172</b> | <b>64</b> |



2- Como você avalia a qualidade do atendimento nos postos de saúde do município?



3- Quanto ao tempo de espera para atendimento nos postos de saúde, você diria que:



Os resultados evidenciam que a avaliação dos postos de saúde no município é majoritariamente positiva, porém marcada por contrastes relevantes que revelam desigualdades na experiência dos usuários e diferenças significativas entre unidades. A soma das avaliações boas, com 40,9%, e ótimas, com 15,7%, totalizando 56,6% de percepções favoráveis, indica que mais da metade da população reconhece aspectos como acolhimento adequado, resolutividade clínica satisfatória e funcionamento geral eficiente dos serviços. Esse resultado sugere que parte expressiva da rede básica de saúde consegue atender às expectativas mínimas dos usuários, refletindo esforços institucionais em manter a continuidade do atendimento e a oferta de serviços essenciais.

Entretanto, a presença de 29,2% de avaliações regulares demonstra que uma parcela significativa dos usuários vivencia limitações recorrentes, como tempos de espera prolongados, insuficiência de profissionais, infraestrutura física inadequada ou inconsistência na qualidade do atendimento entre diferentes postos. Esse grupo intermediário é particularmente relevante do ponto de vista da gestão pública, pois indica que, embora o serviço funcione, há fragilidades estruturais e operacionais que comprometem a experiência do usuário e reduzem o potencial de satisfação plena. As avaliações negativas, que somam 9,6%, sendo 6,1% péssimas e 3,5% ruins, apontam problemas mais graves e persistentes, possivelmente concentrados em unidades específicas ou regiões mais pressionadas pela demanda, onde se combinam carência de recursos humanos, dificuldades de acesso a consultas e exames, filas excessivas e limitações na capacidade de resposta do sistema.

A análise do tempo de espera complementa e aprofunda essa leitura, evidenciando a heterogeneidade do funcionamento da rede. O fato de 37,7% afirmarem que o atendimento demora um pouco indica que, para a maioria relativa dos usuários, o tempo de espera é percebido como tolerável, mas ainda constitui um ponto sensível e passível de melhoria. Em contrapartida, 32,6% consideram o atendimento rápido e 9,3% muito rápido, totalizando 41,9% de avaliações positivas, o que demonstra que uma parcela expressiva da população vivencia fluxos de atendimento mais ágeis, possivelmente associados a melhor organização interna, dimensionamento adequado das equipes ou menor pressão da demanda em determinadas unidades.

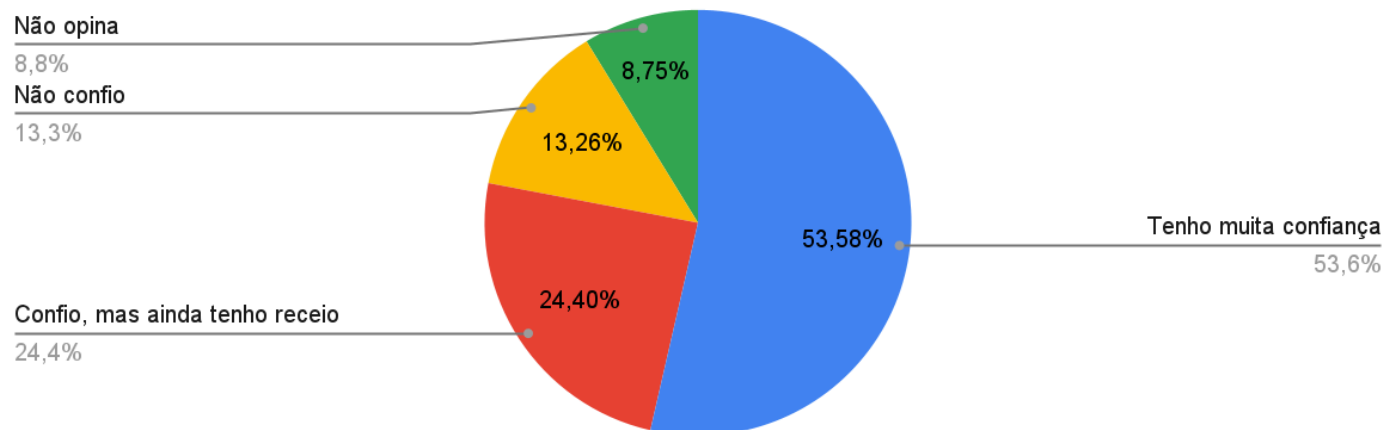
Por outro lado, os 14,6% que afirmam que a espera demora muito reforçam a existência de gargalos importantes no sistema, indicando sobrecarga de serviços, escassez de profissionais, falhas na triagem ou desequilíbrios na distribuição da demanda entre os postos. Esse percentual, embora minoritário, é significativo por representar usuários que enfrentam dificuldades mais severas de acesso oportuno ao atendimento, o que pode impactar negativamente a continuidade do cuidado e a confiança no sistema de saúde. Os percentuais de não resposta, 4,8% na avaliação geral e 5,8% no tempo de espera, sugerem usuários com pouco contato recente com os serviços ou com dificuldade de avaliar a experiência, mas não alteram o diagnóstico central de heterogeneidade.

Em conjunto, os dados revelam um sistema de atenção básica que apresenta desempenho satisfatório para uma parcela relevante da população, mas que ainda convive com desigualdades territoriais, variações significativas na qualidade do atendimento e problemas pontuais de gestão do tempo de espera. Esse cenário reforça a necessidade de padronização de protocolos, fortalecimento das equipes, melhor distribuição dos recursos humanos, aprimoramento da gestão da demanda e intervenções direcionadas às unidades mais críticas, de modo a reduzir disparidades, elevar o nível geral de satisfação e garantir atendimento mais equitativo em todo o município.

### 8.3 Segurança Pública: Confiança nas forças policiais

| Confiança na segurança pública | Total      | Gênero     |            |          | Idade           |                 |                  | Escolaridade |            |           |
|--------------------------------|------------|------------|------------|----------|-----------------|-----------------|------------------|--------------|------------|-----------|
|                                |            | Feminino   | Masculino  | Outro    | de 16 a 34 anos | de 35 a 59 anos | acima de 60 anos | Fundamental  | Médio      | Superior  |
| Tenho muita confiança          | 53,58%     | 24,40%     | 29,18%     | 0,00%    | 17,77%          | 22,28%          | 13,53%           | 19,36%       | 24,93%     | 9,28%     |
| Confio, mas ainda tenho receio | 24,40%     | 15,38%     | 8,75%      | 0,27%    | 7,16%           | 11,41%          | 5,84%            | 9,02%        | 10,88%     | 4,51%     |
| Não confio                     | 13,26%     | 5,84%      | 7,43%      | 0,00%    | 4,77%           | 6,37%           | 2,12%            | 6,10%        | 5,04%      | 2,12%     |
| Não opina                      | 8,75%      | 6,10%      | 2,65%      | 0,00%    | 2,65%           | 2,92%           | 3,18%            | 2,92%        | 4,77%      | 1,06%     |
| Total geral                    | 100,00%    | 51,72%     | 48,01%     | 0,27%    | 32,36%          | 42,97%          | 24,67%           | 37,40%       | 45,62%     | 16,98%    |
| <b>Bases (entrevistados)</b>   | <b>377</b> | <b>195</b> | <b>181</b> | <b>1</b> | <b>122</b>      | <b>162</b>      | <b>93</b>        | <b>141</b>   | <b>172</b> | <b>64</b> |

#### 4- Você tem confiança nas forças policiais do município?



Os resultados indicam que a confiança da população nas forças policiais do município é predominantemente elevada, porém marcada por gradações relevantes que revelam percepções diferenciadas sobre segurança pública, eficácia institucional e proximidade com a comunidade. O percentual de 53,6% dos entrevistados que declaram ter muita confiança evidencia que mais da metade da população reconhece a atuação policial como legítima, eficiente e capaz de exercer o papel de proteção social, sugerindo uma percepção consolidada de presença territorial, capacidade de resposta às ocorrências e efetividade na manutenção da ordem pública. Esse dado aponta para um núcleo significativo de credibilidade institucional, fundamental para o fortalecimento das políticas de segurança.

Ao agregar os 24,4% que afirmam confiar, mas ainda com receio, observa-se que 78% da população atribui algum grau de confiança às forças policiais. No entanto, esse grupo intermediário revela uma confiança condicionada, na qual a credibilidade institucional coexiste com sentimentos de insegurança, medo ou cautela, possivelmente associados à vivência de episódios de violência, à percepção de criminalidade em determinados territórios, à irregularidade da presença policial ou à avaliação de limitações operacionais em situações específicas. Esse resultado indica que, embora a imagem institucional seja majoritariamente positiva, ainda há fragilidades que impedem a consolidação de uma confiança plena e homogênea.

Por outro lado, os 13,3% que afirmam não confiar na polícia representam um contingente socialmente relevante, pois sinalizam a existência de percepções negativas mais profundas, que podem estar relacionadas a experiências diretas insatisfatórias, sensação de abandono em áreas periféricas, abordagens consideradas inadequadas ou à avaliação de baixa capacidade preventiva e investigativa. Ainda que minoritário, esse grupo evidencia desafios importantes para a gestão da segurança pública, sobretudo no que se refere à equidade da atuação policial e à construção de legitimidade junto a todos os segmentos da população.

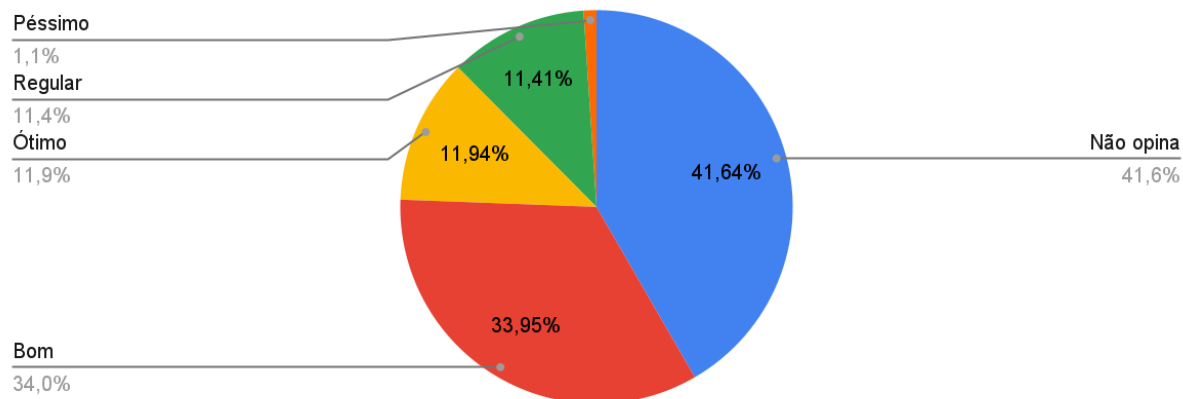
Os 8,8% que não opinaram indicam possível distanciamento da temática, ausência de contato recente com a corporação ou insegurança para emitir julgamento, o que também aponta para a necessidade de maior visibilidade das ações policiais e de comunicação mais transparente sobre estratégias, resultados e canais de interação com a sociedade.

Em síntese, os dados revelam uma base sólida de confiança institucional, sustentada por uma maioria que reconhece a atuação policial como positiva, mas que convive com receios persistentes e com uma parcela descrente da população. Esse cenário reforça a importância de políticas de aproximação comunitária, ampliação e regularidade da presença territorial, qualificação das abordagens, fortalecimento da transparência e investimento em ações preventivas, de modo a ampliar a confiança plena, reduzir percepções negativas e promover uma sensação de segurança mais uniforme em todo o município.

### 8.4 Assistência Social: Serviços do CRAS e CREAS

| Atendimento do CRAS ou CREAS | Total      | Gênero     |            |          | Idade           |                 |                  | Escolaridade |            |           |
|------------------------------|------------|------------|------------|----------|-----------------|-----------------|------------------|--------------|------------|-----------|
|                              |            | Feminino   | Masculino  | Outro    | de 16 a 34 anos | de 35 a 59 anos | acima de 60 anos | Fundamental  | Médio      | Superior  |
| Não opina                    | 41,64%     | 26,26%     | 15,38%     | 0,00%    | 15,12%          | 15,92%          | 10,61%           | 15,65%       | 19,10%     | 6,90%     |
| Bom                          | 33,95%     | 15,12%     | 18,57%     | 0,27%    | 9,28%           | 16,71%          | 7,96%            | 11,67%       | 16,18%     | 6,10%     |
| Ótimo                        | 11,94%     | 4,51%      | 7,43%      | 0,00%    | 3,18%           | 4,24%           | 4,51%            | 4,24%        | 6,10%      | 1,59%     |
| Regular                      | 11,41%     | 5,31%      | 6,10%      | 0,00%    | 4,77%           | 5,31%           | 1,33%            | 5,31%        | 3,71%      | 2,39%     |
| Péssimo                      | 1,06%      | 0,53%      | 0,53%      | 0,00%    |                 | 0,80%           | 0,27%            | 0,53%        | 0,53%      |           |
| Total geral                  | 100,00%    | 51,72%     | 48,01%     | 0,27%    | 32,36%          | 42,97%          | 24,67%           | 37,40%       | 45,62%     | 16,98%    |
| <b>Bases (entrevistados)</b> | <b>377</b> | <b>195</b> | <b>181</b> | <b>1</b> | <b>122</b>      | <b>162</b>      | <b>93</b>        | <b>141</b>   | <b>172</b> | <b>64</b> |

5- Como você avalia os serviços do CRAS ou CREAS?



Os resultados demonstram que a avaliação dos serviços ofertados pelo CRAS e pelo CREAS é fortemente impactada por um expressivo grau de desconhecimento ou distanciamento da população em relação a essas políticas públicas, evidenciado pelos 41,6% de respondentes que não opinaram. Esse percentual elevado sugere limitações na visibilidade institucional, baixa capilaridade das ações socioassistenciais ou desconhecimento acerca das atribuições, finalidades e públicos atendidos por esses equipamentos, o que reduz o potencial de alcance e efetividade da política de assistência social no território.

Entre os respondentes que manifestaram avaliação, observa-se um predomínio de percepções positivas, com 34% classificando os serviços como bons e 11,9% como ótimos, totalizando 45,9% de avaliações favoráveis. Esse resultado indica que, para a parcela da população que efetivamente acessa ou possui maior proximidade com o CRAS e o CREAS, os serviços são percebidos como relevantes, acolhedores e capazes de responder, ainda que parcialmente, às demandas sociais apresentadas, refletindo reconhecimento da importância dessas estruturas na proteção social básica e especial.

Por outro lado, os 11,4% que avaliam os serviços como regulares apontam para a existência de fragilidades operacionais e institucionais que limitam a experiência dos usuários, possivelmente associadas à sobrecarga de atendimentos, insuficiência de equipes técnicas, tempo de espera elevado, dificuldades na articulação com outras políticas públicas ou restrições na capacidade de acompanhamento continuado das famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade.

As avaliações negativas, embora residuais, com 1% classificando os serviços como péssimos, não devem ser desconsideradas, pois podem indicar problemas localizados, falhas pontuais no atendimento ou situações específicas de inadequação da resposta institucional, que tendem a impactar de forma significativa os usuários diretamente afetados.

De forma geral, os dados revelam um cenário em que a qualidade percebida dos serviços é majoritariamente positiva entre aqueles que os conhecem e utilizam, mas coexistem com um elevado grau de desconhecimento por parte da população. Esse quadro reforça a necessidade de estratégias estruturadas de divulgação, fortalecimento da presença territorial, ampliação das ações comunitárias, integração com outras políticas públicas e aprimoramento da comunicação institucional, de modo a ampliar o acesso, qualificar o atendimento e consolidar o papel do CRAS e do CREAS como referências centrais da política de assistência social no município.

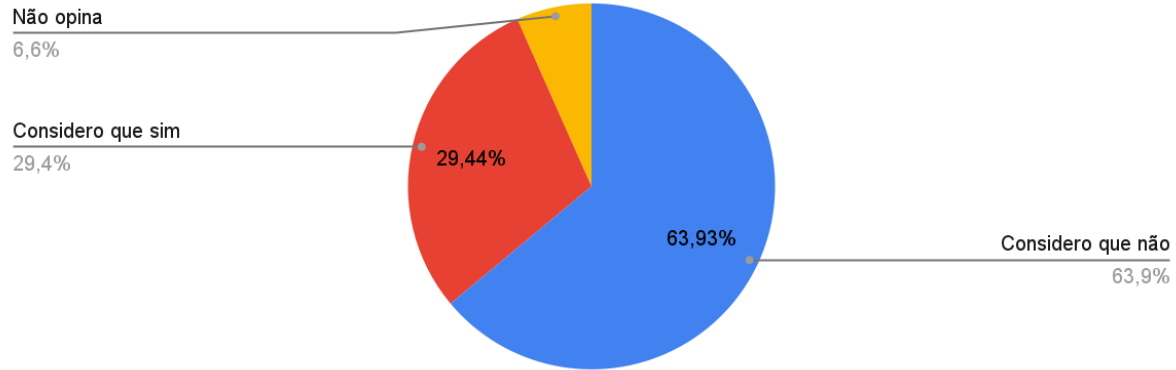
## 8.5 Emprego e Capacitação Profissional

| Oportunidades de trabalho    | Total      | Gênero     |            |          | Idade           |                 |                  | Escolaridade |            |           |
|------------------------------|------------|------------|------------|----------|-----------------|-----------------|------------------|--------------|------------|-----------|
|                              |            | Feminino   | Masculino  | Outro    | de 16 a 34 anos | de 35 a 59 anos | acima de 60 anos | Fundamental  | Médio      | Superior  |
| Considero que não            | 63,93%     | 37,67%     | 26,26%     | 0,00%    | 21,49%          | 28,38%          | 14,06%           | 20,69%       | 31,03%     | 12,20%    |
| Considero que sim            | 29,44%     | 10,08%     | 19,10%     | 0,27%    | 9,55%           | 12,47%          | 7,43%            | 14,06%       | 11,14%     | 4,24%     |
| Não opina                    | 6,63%      | 3,98%      | 2,65%      | 0,00%    | 1,33%           | 2,12%           | 3,18%            | 2,65%        | 3,45%      | 0,53%     |
| Total geral                  | 100,00%    | 51,72%     | 48,01%     | 0,27%    | 32,36%          | 42,97%          | 24,67%           | 37,40%       | 45,62%     | 16,98%    |
| <b>Bases (entrevistados)</b> | <b>377</b> | <b>195</b> | <b>181</b> | <b>1</b> | <b>122</b>      | <b>162</b>      | <b>93</b>        | <b>141</b>   | <b>172</b> | <b>64</b> |

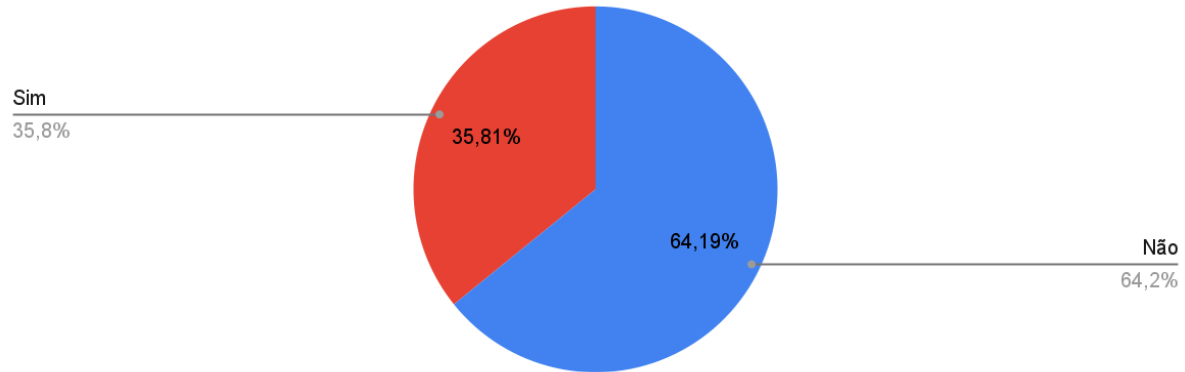
| Capacitação profissional     | Total      | Gênero     |            |          | Idade           |                 |                  | Escolaridade |            |           |
|------------------------------|------------|------------|------------|----------|-----------------|-----------------|------------------|--------------|------------|-----------|
|                              |            | Feminino   | Masculino  | Outro    | de 16 a 34 anos | de 35 a 59 anos | acima de 60 anos | Fundamental  | Médio      | Superior  |
| Não                          | 64,19%     | 37,67%     | 26,53%     | 0,00%    | 20,42%          | 27,06%          | 16,71%           | 22,55%       | 31,56%     | 10,08%    |
| Sim                          | 35,81%     | 14,06%     | 21,49%     | 0,27%    | 11,94%          | 15,92%          | 7,96%            | 14,85%       | 14,06%     | 6,90%     |
| Total geral                  | 100,00%    | 51,72%     | 48,01%     | 0,27%    | 32,36%          | 42,97%          | 24,67%           | 37,40%       | 45,62%     | 16,98%    |
| <b>Bases (entrevistados)</b> | <b>377</b> | <b>195</b> | <b>181</b> | <b>1</b> | <b>122</b>      | <b>162</b>      | <b>93</b>        | <b>141</b>   | <b>172</b> | <b>64</b> |



6- Você considera que existem oportunidades de trabalho suficientes em seu município?



7- Você tem conhecimento de programas de capacitação, para empregos, oferecidos pelo município?



Os resultados evidenciam um cenário amplamente desfavorável na percepção da população quanto à oferta de oportunidades de trabalho no município, com 63,9% dos respondentes afirmando que não existem oportunidades suficientes. Esse percentual expressivo indica um sentimento generalizado de escassez de vagas e fragilidade do mercado de trabalho local, sugerindo limitações no dinamismo econômico, baixa diversificação da estrutura produtiva e dificuldades recorrentes de inserção no emprego formal. A predominância dessa percepção negativa aponta para a existência de barreiras estruturais, como concentração de oportunidades em poucos setores, elevada informalidade, incompatibilidade entre a qualificação da mão de obra disponível e as demandas do mercado, além de possível insuficiência de políticas públicas voltadas à geração de emprego e renda.

Em contrapartida, apenas 29,4% dos entrevistados consideram que há oportunidades de trabalho no município, configurando uma minoria que percebe o contexto econômico de forma mais favorável. Essa percepção positiva tende a estar associada a segmentos específicos da população, possivelmente aqueles já inseridos no mercado de trabalho, com maior nível de escolaridade, qualificação profissional ou atuação em setores econômicos mais dinâmicos, o que reforça a existência de assimetrias no acesso às oportunidades laborais.

O percentual de 6,6% que não opina, embora relativamente reduzido, pode representar indivíduos fora da força de trabalho, pessoas sem experiência recente de busca por emprego ou com acesso limitado a informações sobre o mercado local, o que também revela lacunas informacionais e de acompanhamento das condições de empregabilidade no município.

De forma geral, o conjunto dos dados revela um quadro de insatisfação predominante e percepção de vulnerabilidade econômica, indicando a necessidade de ações estruturantes voltadas ao fortalecimento do desenvolvimento econômico local. Torna-se fundamental a ampliação de políticas de incentivo à atração de investimentos, diversificação das atividades produtivas, estímulo ao empreendedorismo, fortalecimento de programas de capacitação e qualificação profissional, bem como estratégias de inclusão produtiva capazes de reduzir desigualdades e ampliar, de forma sustentável, o acesso da população às oportunidades de trabalho.

Os dados evidenciam um cenário de baixa capilaridade informacional em relação aos programas de capacitação profissional ofertados pelo município, uma vez que 64,2% da população declara não ter conhecimento sobre a existência dessas iniciativas. Esse percentual elevado indica fragilidades significativas nos mecanismos de divulgação, comunicação institucional e alcance territorial das políticas de qualificação, sugerindo que, ainda que os programas estejam estruturados e disponíveis, sua visibilidade junto ao público-alvo é limitada. Tal contexto reduz substancialmente o potencial de impacto social dessas ações, especialmente entre grupos que mais dependem da capacitação profissional para ampliar a empregabilidade, acessar o mercado formal de trabalho ou melhorar suas condições de renda.

Em contrapartida, 35,8% dos respondentes afirmam conhecer os programas de capacitação, o que demonstra que a informação chega a determinados segmentos da população, possivelmente aqueles com maior proximidade dos equipamentos públicos, maior inserção em redes institucionais, vínculos com

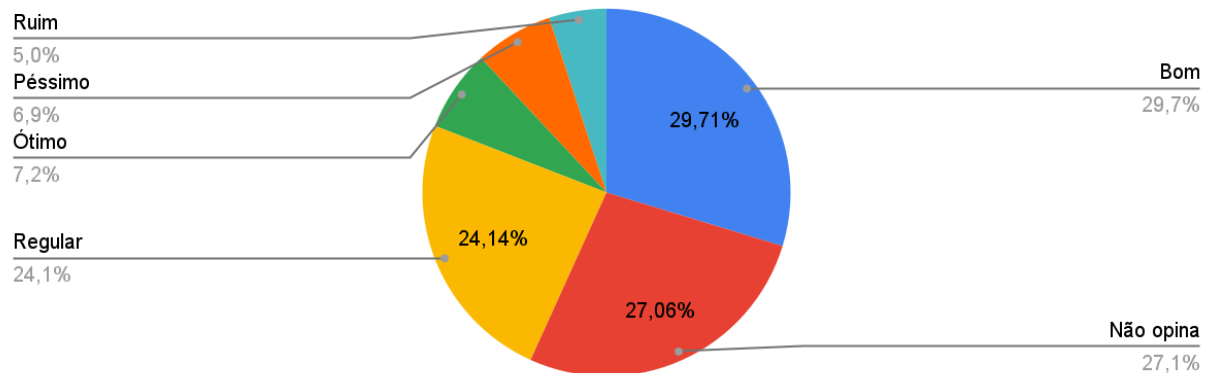
políticas de assistência social, educação ou qualificação, ou maior acesso a canais formais de comunicação. Essa distribuição desigual do conhecimento revela uma assimetria informacional relevante, na qual o acesso à informação não ocorre de maneira homogênea no território, reforçando desigualdades pré-existentes no acesso às oportunidades de qualificação e desenvolvimento profissional.

De forma geral, os resultados indicam que a limitação não se restringe apenas à oferta dos programas, mas à sua capacidade de alcançar, sensibilizar e mobilizar os públicos estratégicos. Esse cenário compromete a efetividade das políticas públicas de capacitação, uma vez que iniciativas pouco conhecidas tendem a apresentar baixa adesão, subutilização das vagas disponíveis e impacto restrito na redução do desemprego ou da informalidade. Assim, os dados reforçam a necessidade de adoção de estratégias de comunicação mais integradas e abrangentes, fortalecimento de parcerias com lideranças comunitárias, instituições de ensino, entidades do terceiro setor e empresas locais, além da ampliação da presença territorial das ações, garantindo que a capacitação profissional seja amplamente divulgada, compreendida e percebida pela população como um instrumento concreto de inclusão produtiva e desenvolvimento socioeconômico.

## 8.6 Transporte Público: Acesso e avaliação do serviço

| Transporte público           | Total      | Gênero     |            |          | Idade           |                 |                  | Escolaridade |            |           |
|------------------------------|------------|------------|------------|----------|-----------------|-----------------|------------------|--------------|------------|-----------|
|                              |            | Feminino   | Masculino  | Outro    | de 16 a 34 anos | de 35 a 59 anos | acima de 60 anos | Fundamental  | Médio      | Superior  |
| Bom                          | 29,71%     | 14,59%     | 15,12%     | 0,00%    | 8,75%           | 13,79%          | 7,16%            | 13,00%       | 11,67%     | 5,04%     |
| Não opina                    | 27,06%     | 13,26%     | 13,79%     | 0,00%    | 6,37%           | 11,94%          | 8,75%            | 9,81%        | 12,47%     | 4,77%     |
| Regular                      | 24,14%     | 13,26%     | 10,61%     | 0,27%    | 11,67%          | 7,43%           | 5,04%            | 8,22%        | 13,26%     | 2,65%     |
| Ótimo                        | 7,16%      | 2,39%      | 4,77%      | 0,00%    | 1,59%           | 3,18%           | 2,39%            | 3,18%        | 2,65%      | 1,33%     |
| Péssimo                      | 6,90%      | 5,04%      | 1,86%      | 0,00%    | 1,59%           | 4,77%           | 0,53%            | 1,86%        | 3,18%      | 1,86%     |
| Ruim                         | 5,04%      | 3,18%      | 1,86%      | 0,00%    | 2,39%           | 1,86%           | 0,80%            | 1,33%        | 2,39%      | 1,33%     |
| Total geral                  | 100,00%    | 51,72%     | 48,01%     | 0,27%    | 32,36%          | 42,97%          | 24,67%           | 37,40%       | 45,62%     | 16,98%    |
| <b>Bases (entrevistados)</b> | <b>377</b> | <b>195</b> | <b>181</b> | <b>1</b> | <b>122</b>      | <b>162</b>      | <b>93</b>        | <b>141</b>   | <b>172</b> | <b>64</b> |

8- Como você avalia o acesso ao transporte público em seu município?



Os resultados evidenciam que o acesso ao transporte público no município é percebido de maneira significativamente heterogênea, refletindo diferenças territoriais, operacionais e de uso do sistema. As avaliações positivas, que totalizam 36,9%, sendo 29,7% classificadas como boas e 7,2% como ótimas, indicam que pouco mais de um terço da população identifica condições satisfatórias de atendimento, associadas possivelmente à existência de linhas regulares, maior frequência de veículos, melhor cobertura espacial ou infraestrutura mais adequada em determinadas regiões do município. Esse grupo sugere que, em áreas específicas, o transporte público cumpre de forma razoável sua função de garantir mobilidade cotidiana para trabalho, estudo e acesso a serviços.

Por outro lado, 24,1% dos respondentes avaliam o acesso como regular, o que revela uma percepção intermediária marcada por limitações funcionais. Esse contingente indica que, embora o serviço exista e seja utilizado, apresenta fragilidades recorrentes, como intervalos prolongados entre veículos, horários pouco compatíveis com a rotina dos usuários, cobertura territorial incompleta ou problemas operacionais que comprometem a confiabilidade do sistema. Essa avaliação sugere um nível de aceitação condicionado, no qual o transporte público atende parcialmente às necessidades, mas não alcança padrões de eficiência e previsibilidade desejáveis.

As avaliações negativas, que somam 11,9% ao considerar 6,9% de péssimo e 5% de ruim, evidenciam situações mais críticas enfrentadas por uma parcela da população. Esses dados apontam para experiências marcadas por insuficiência de linhas, precariedade da infraestrutura, baixa frequência, longos tempos de espera ou dificuldade de acesso em áreas periféricas ou menos integradas ao sistema viário urbano. Embora minoritário em termos percentuais, esse grupo é relevante por indicar bolsões de exclusão ou vulnerabilidade no acesso à mobilidade, com impactos diretos sobre o acesso ao trabalho, à educação e aos serviços públicos.

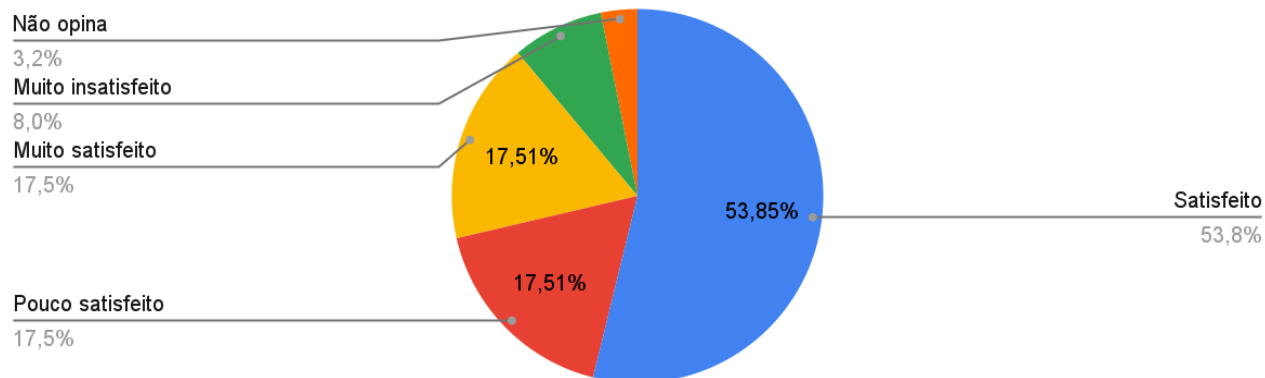
Um aspecto particularmente expressivo é o percentual de 27,1% de respondentes que não opinaram, o que revela um elevado grau de distanciamento em relação ao transporte público. Esse dado pode indicar não utilização do serviço, oferta muito limitada em determinadas localidades, preferência forçada por meios alternativos de deslocamento ou ausência de informações suficientes para avaliar o sistema. Tal percentual sugere a existência de desigualdades territoriais tanto no acesso quanto na percepção do transporte público, reforçando a hipótese de que o serviço não é igualmente relevante ou disponível para todos os segmentos da população.

De forma geral, os dados configuram um cenário de satisfação moderada, porém marcado por inconsistências estruturais e operacionais, no qual coexistem experiências positivas, avaliações intermediárias e situações de forte insatisfação. Esse quadro reforça a necessidade de políticas públicas voltadas à ampliação da cobertura territorial, à redução das desigualdades no atendimento, à padronização da qualidade operacional e à melhoria da frequência e confiabilidade do serviço, de modo a consolidar o transporte público como um instrumento efetivo de mobilidade urbana, inclusão social e equidade no acesso aos direitos urbanos.

## 8.7 Meio Ambiente Urbano : Áreas verdes

| Áreas verdes                 | Total      | Gênero     |            |          | Idade           |                 |                  | Escolaridade |            |           |
|------------------------------|------------|------------|------------|----------|-----------------|-----------------|------------------|--------------|------------|-----------|
|                              |            | Feminino   | Masculino  | Outro    | de 16 a 34 anos | de 35 a 59 anos | acima de 60 anos | Fundamental  | Médio      | Superior  |
| Satisfeito                   | 53,85%     | 28,38%     | 25,20%     | 0,27%    | 17,77%          | 23,08%          | 13,00%           | 20,42%       | 22,28%     | 11,14%    |
| Pouco satisfeito             | 17,51%     | 9,55%      | 7,96%      | 0,00%    | 5,57%           | 6,63%           | 5,31%            | 5,84%        | 9,55%      | 2,12%     |
| Muito satisfeito             | 17,51%     | 7,16%      | 10,34%     | 0,00%    | 6,63%           | 7,69%           | 3,18%            | 7,16%        | 7,69%      | 2,65%     |
| Muito insatisfeito           | 7,96%      | 4,24%      | 3,71%      | 0,00%    | 2,12%           | 3,98%           | 1,86%            | 2,39%        | 4,77%      | 0,80%     |
| Não opina                    | 3,18%      | 2,39%      | 0,80%      | 0,00%    | 0,27%           | 1,59%           | 1,33%            | 1,59%        | 1,33%      | 0,27%     |
| Total geral                  | 100,00%    | 51,72%     | 48,01%     | 0,27%    | 32,36%          | 42,97%          | 24,67%           | 37,40%       | 45,62%     | 16,98%    |
| <b>Bases (entrevistados)</b> | <b>377</b> | <b>195</b> | <b>181</b> | <b>1</b> | <b>122</b>      | <b>162</b>      | <b>93</b>        | <b>141</b>   | <b>172</b> | <b>64</b> |

9- Como você se sente em relação as áreas verdes (praças, parques, jardins) do município?



A distribuição das percepções sobre as áreas verdes do município evidencia um cenário amplamente favorável, sustentado por elevados níveis de satisfação, mas também revela nuances relevantes que demandam atenção estratégica do poder público. O grupo majoritário, correspondente a 53,8% dos respondentes que se declaram satisfeitos, indica que a oferta, a qualidade e a disponibilidade desses espaços atendem de forma consistente às expectativas da população, sugerindo adequação em aspectos como manutenção básica, acessibilidade e utilidade para lazer, convivência social e bem-estar. Complementarmente, os 17,5% que afirmam estar muito satisfeitos reforçam essa avaliação positiva e sinalizam que uma parcela dos cidadãos percebe padrões mais elevados de qualidade, possivelmente associados a áreas verdes melhor estruturadas, com maior diversidade de equipamentos, paisagismo adequado, sensação de segurança e integração com o espaço urbano.

Entretanto, a presença de 17,5% de respondentes pouco satisfeitos aponta para a existência de limitações que não podem ser negligenciadas. Esse contingente sugere que, embora reconheça a existência das áreas verdes, percebe fragilidades relacionadas à conservação irregular, insuficiência de infraestrutura de apoio, baixa diversidade de equipamentos de lazer, dificuldades de acesso ou distribuição desigual desses espaços no território municipal. Tais percepções indicam que os benefícios das áreas verdes não são experimentados de forma homogênea pela população, podendo refletir disparidades regionais.

Ainda mais relevante do ponto de vista estratégico é o percentual de 8% de muito insatisfeitos, que, apesar de minoritário, representa uma avaliação crítica e consistente. Esse grupo pode estar concentrado em áreas com carência quase total de espaços verdes, com manutenção precária ou com problemas recorrentes de segurança, o que impacta diretamente a qualidade de vida urbana e amplia a sensação de desigualdade territorial. Esse dado sugere a necessidade de diagnósticos localizados para identificar regiões prioritárias para intervenção.

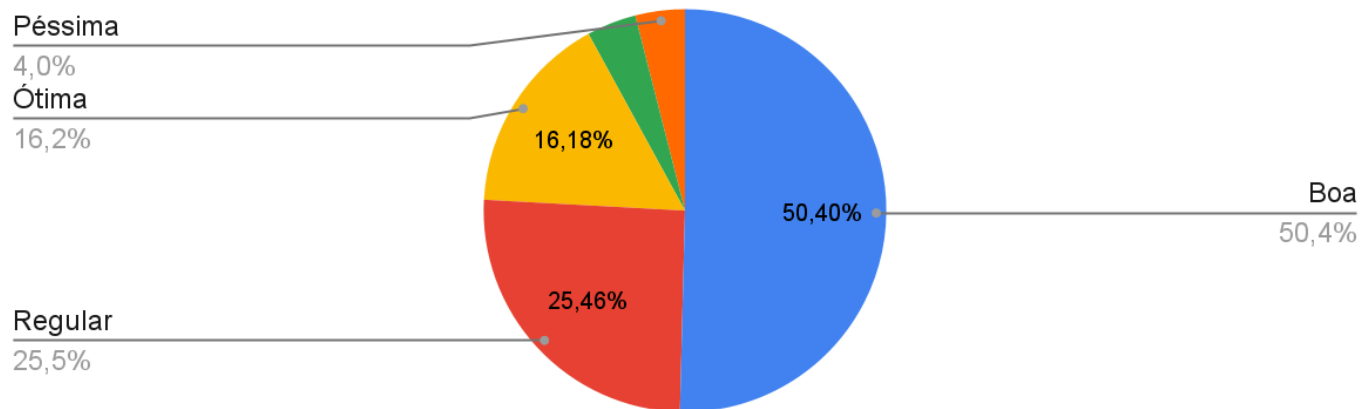
Por fim, os 3,2% que não opinaram indicam um grau reduzido de distanciamento ou desconhecimento em relação às áreas verdes, o que pode estar associado à falta de uso frequente, à ausência de espaços próximos à residência ou à baixa comunicação institucional sobre os equipamentos existentes e suas funcionalidades.

Em síntese, os dados revelam uma percepção predominantemente positiva sobre as áreas verdes do município, mas evidenciam a coexistência de experiências desiguais. Esse cenário reforça a importância de políticas públicas voltadas não apenas à manutenção dos níveis atuais de satisfação, mas também à ampliação e redistribuição equitativa desses espaços, ao fortalecimento da infraestrutura e à adoção de estratégias de planejamento urbano que assegurem que os benefícios ambientais, sociais e de saúde proporcionados pelas áreas verdes sejam efetivamente acessíveis a toda a população.

## 8.8 Limpeza Urbana: Coleta de lixo domiciliar

| Coleta de lixo               | Total      | Gênero     |            |          | Idade           |                 |                  | Escolaridade |            |           |
|------------------------------|------------|------------|------------|----------|-----------------|-----------------|------------------|--------------|------------|-----------|
|                              |            | Feminino   | Masculino  | Outro    | de 16 a 34 anos | de 35 a 59 anos | acima de 60 anos | Fundamental  | Médio      | Superior  |
| Boa                          | 50,40%     | 23,87%     | 26,53%     | 0,00%    | 16,18%          | 23,08%          | 11,14%           | 18,30%       | 22,81%     | 9,28%     |
| Regular                      | 25,46%     | 15,38%     | 9,81%      | 0,27%    | 7,69%           | 9,55%           | 8,22%            | 11,67%       | 9,28%      | 4,51%     |
| Ótima                        | 16,18%     | 6,90%      | 9,28%      | 0,00%    | 5,31%           | 7,43%           | 3,45%            | 5,31%        | 8,75%      | 2,12%     |
| Ruim                         | 3,98%      | 2,65%      | 1,33%      | 0,00%    | 1,59%           | 1,33%           | 1,06%            | 1,06%        | 2,39%      | 0,53%     |
| Péssima                      | 3,98%      | 2,92%      | 1,06%      | 0,00%    | 1,59%           | 1,59%           | 0,80%            | 1,06%        | 2,39%      | 0,53%     |
| Total geral                  | 100,00%    | 51,72%     | 48,01%     | 0,27%    | 32,36%          | 42,97%          | 24,67%           | 37,40%       | 45,62%     | 16,98%    |
| <b>Bases (entrevistados)</b> | <b>377</b> | <b>195</b> | <b>181</b> | <b>1</b> | <b>122</b>      | <b>162</b>      | <b>93</b>        | <b>141</b>   | <b>172</b> | <b>64</b> |

10- Quanto à coleta de lixo na sua casa, como você avalia?



A avaliação da coleta de lixo no município revela um desempenho global amplamente positivo, sustentado por uma maioria expressiva de percepções favoráveis, o que indica bom nível de eficiência operacional e confiabilidade do serviço. O percentual de 50,4% dos respondentes que classificam a coleta como boa demonstra que, para mais da metade da população, o serviço atende de forma adequada às demandas cotidianas, especialmente no que se refere à regularidade, frequência das rotas e cumprimento dos horários estabelecidos. Esse resultado sugere uma operação relativamente estável e bem organizada na maior parte do território municipal.

A esse grupo soma-se o contingente de 16,2% que avalia o serviço como ótimo, reforçando a percepção de excelência em determinadas áreas ou para determinados perfis de usuários, possivelmente associada a regiões com maior previsibilidade da coleta, melhor comunicação com a população ou menor incidência de falhas operacionais. A soma dessas avaliações resulta em um patamar elevado de satisfação, que evidencia a relevância da coleta de lixo como serviço essencial bem percebido pela maioria dos cidadãos.

Entretanto, a presença de 25,5% de avaliações regulares indica a existência de limitações que, embora não configurem insatisfação severa, apontam fragilidades na uniformidade do serviço. Esse grupo pode estar vivenciando oscilações na frequência da coleta, atrasos recorrentes, cobertura insuficiente em determinados dias ou dificuldades logísticas em áreas mais afastadas ou de maior complexidade urbana, o que compromete a percepção de qualidade plena.

As avaliações negativas, ainda que representem um percentual reduzido, com 4% classificando o serviço como ruim e outros 4% como péssimo, não devem ser desconsideradas, pois sinalizam problemas mais graves e persistentes enfrentados por uma parcela da população. Esses dados podem refletir falhas estruturais localizadas, como ausência de rotas regulares, precariedade de vias, limitações de frota ou deficiências na gestão operacional, exigindo diagnóstico técnico direcionado e intervenções específicas.

Em síntese, os resultados indicam que a coleta de lixo no município é amplamente reconhecida como eficiente e funcional, mas também evidenciam a necessidade de ações voltadas à padronização da qualidade do serviço em todo o território. O aprimoramento do monitoramento operacional, a correção de falhas pontuais e o fortalecimento da gestão logística são fundamentais para reduzir as avaliações medianas e negativas, ampliando a percepção de confiabilidade e elevando ainda mais o nível de satisfação da população.

## 9. Conclusão

A consolidação dos resultados obtidos ao longo do relatório revela um panorama multifacetado do desempenho dos serviços públicos municipais, caracterizado por avaliações predominantemente positivas, mas também marcado por assimetrias estruturais, variações territoriais e lacunas de informação que comprometem a uniformidade da experiência da população. Na área da educação, a percepção de igualdade de acesso às escolas públicas, reconhecida por 71,9% dos entrevistados, evidencia que, em termos gerais, a distribuição das unidades escolares, a oferta de vagas e os critérios de matrícula são considerados adequados por grande parte da população. Entretanto, os 11,9% que identificam desigualdades e os 16,2% que não possuem dados suficientes para opinar mostram que ainda há desafios relacionados à oferta em regiões vulneráveis, à capacidade de atendimento em áreas de maior demanda, à infraestrutura das unidades e à transparência do processo de acesso. Este cenário indica a necessidade de políticas que reforcem a equidade territorial e ampliem a comunicação pública sobre o funcionamento da rede.

No campo da saúde, observa-se uma predominância de avaliações favoráveis tanto no atendimento quanto na percepção do tempo de espera, ainda que acompanhadas de contrastes significativos. O atendimento nos postos é avaliado positivamente por 56,6% dos usuários, mas 29,2% classificam o serviço como regular e 9,6% expressam avaliações negativas, evidenciando disparidades relacionadas a falta de profissionais, capacidade física limitada e variações na organização interna das unidades. De forma semelhante, a percepção sobre o tempo de espera revela que 41,9% consideram o atendimento rápido ou muito rápido, enquanto 37,7% afirmam que demora um pouco e 14,6% percebem demora excessiva. Esses dados demonstram que, embora parte da rede opere de forma eficiente, subsiste um conjunto de unidades sobrecarregadas ou com fragilidades na gestão de fluxo, indicando a necessidade de padronização de protocolos, redistribuição de recursos humanos e monitoramento contínuo da demanda.

A análise sobre a segurança pública reforça um padrão de confiança majoritária, porém não isento de tensões. Com 53,6% declarando muita confiança e 24,4% afirmando confiar com receios, a população demonstra reconhecimento da atuação policial, embora persista a percepção de vulnerabilidade em determinadas áreas. Os 13,3% que não confiam revelam experiências negativas, ausência de presença ostensiva em alguns territórios ou descrença na capacidade de prevenção. A presença de 8,8% que não opina reforça que parte da população possui contato limitado com as forças de segurança. Esse conjunto evidencia a necessidade de estratégias mais abrangentes de policiamento comunitário, fortalecimento da presença territorial e comunicação institucional clara e acessível.

No eixo da assistência social, os serviços do CRAS e CREAS são avaliados de forma positiva por 45,9% dos entrevistados, mas o elevado percentual de 41,6% que não opina revela baixa visibilidade e alcance restrito dessas políticas entre a população. Tal contingente sugere que, embora a qualidade seja reconhecida por quem utiliza os serviços, muitas famílias desconhecem sua existência ou finalidade, o que afeta diretamente o acesso a benefícios,

orientações e proteção social. Esse diagnóstico evidencia a urgência de estratégias de comunicação ativa, fortalecimento das ações territoriais e expansão da integração com redes comunitárias.

No campo econômico, a percepção sobre oportunidades de trabalho é amplamente desfavorável, com 63,9% afirmando que não existem oportunidades suficientes. Essa avaliação sugere limitações na dinâmica produtiva local, dificuldades de inserção no mercado formal e ausência de políticas estruturantes de desenvolvimento econômico. Apenas 29,4% percebem oportunidades, o que indica que a oferta laboral é restrita a setores específicos. Somado a isso, o desconhecimento sobre programas de capacitação profissional, relatado por 64,2% dos entrevistados, evidencia uma lacuna informacional que compromete o acesso da população a iniciativas de qualificação e empregabilidade, reforçando desigualdades socioeconômicas e fragilizando a competitividade da mão de obra local.

A análise sobre o transporte público revela um quadro fragmentado, no qual 36,9% avaliam o acesso como bom ou ótimo, enquanto 24,1% o classificam como regular e 11,9% como negativo. Além disso, 27,1% não opinaram, o que pode indicar baixa utilização ou grande desigualdade territorial na oferta do serviço. Esse cenário aponta para inconsistências no sistema, possivelmente relacionadas a linhas insuficientes, horários inadequados ou baixa cobertura periférica, sugerindo a necessidade de planejamento integrado, ampliação das rotas e melhoria das condições operacionais.

Em relação às áreas verdes, a população demonstra alto nível de satisfação, totalizando 71,3% entre satisfeitos e muito satisfeitos. Porém, 17,5% declaram pouca satisfação e 8% afirmam estar muito insatisfeitos, indicando disparidades na distribuição, manutenção e funcionalidade desses espaços. Esses dados reforçam que, apesar dos avanços, persistem necessidades de ampliação da infraestrutura de lazer, padronização da conservação e investimento em regiões menos atendidas.

Por fim, a coleta de lixo é amplamente aprovada por 66,6% dos entrevistados, mas 25,5% consideram o serviço regular e 8% avaliam como ruim ou péssimo. Esse resultado mostra que, embora o serviço seja funcional na maior parte do território, há regiões com problemas de regularidade, cobertura ou eficiência, exigindo intervenções específicas de logística, monitoramento e gestão operacional.

De forma integrada, todas essas análises apontam para um cenário em que o município apresenta avanços significativos em áreas como educação, saúde básica, segurança pública, áreas verdes e coleta de lixo, mas ainda enfrenta desafios estruturais relacionados à equidade territorial, padronização da qualidade dos serviços, ampliação de equipes, fortalecimento da comunicação institucional e desenvolvimento econômico sustentável. A heterogeneidade das percepções evidencia que o desempenho municipal é robusto em vários setores, mas carece de estratégias mais sistêmicas e integradas para garantir que a população, independentemente de sua localização ou condição socioeconômica, tenha acesso equitativo e eficiente às políticas públicas. Assim, os

resultados reforçam a importância de planejamento contínuo, monitoramento permanente, diagnóstico territorializado e intervenções estratégicas capazes de orientar o aprimoramento da gestão pública e elevar os padrões de qualidade de vida no município.